



REDE
TEMPO
BRASIL



UFRJ



UNIVERSIDADE
DE PERNAMBUCO

Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

Mulheres de fibra: a transversalização de gênero no contexto da Cooperação Sul-Sul para o setor algodoeiro

Carolina Michelle Silva e Souza¹

Resumo: O artigo busca analisar os mecanismos de inclusão da abordagem de gênero no projeto de cooperação Sul-Sul Trilateral +Algodão, assinado em 2013 no âmbito do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO. Embora a transversalização de gênero apareça entre as estratégias para o fortalecimento de capacidades institucionais e garantia da sustentabilidade produtiva do algodão, a FAO registrou aspectos que implicam na participação desigual entre homens e mulheres nesta cadeia de valor. Além disso, nos últimos anos, o Brasil tem apresentado uma redução dos recursos destinados às políticas públicas para mulheres na agricultura familiar, assim como dificuldades em avançar na agenda para promoção da igualdade de gênero. Dessa forma, fundamentado na perspectiva teórica que considera atores e processos no desenvolvimento internacional, o trabalho observou tendências, por parte da FAO, para a sistematização de práticas e geração de evidências no escopo do projeto como mecanismo de implementação do ODS 5. Já a nível do projeto, destaca-se a difusão de padrões de desenvolvimento para melhoria da produtividade na agricultura familiar e ausência de estruturas específicas que tratem da igualdade de gênero.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; Agricultura; Gênero; América Latina.

Fiber women: gender transversalization in the context of South-South Cooperation for the cotton sector

Abstract: The article seeks to analyze the mechanisms of inclusion of the gender approach in the Trilateral South-South cooperation project +Algodão, signed in 2013 under the Brazil-FAO International Cooperation Program. Although gender mainstreaming appears among the strategies for strengthening institutional capacities and guaranteeing the sustainability of cotton production, FAO has registered aspects that imply unequal participation between men and women in this value chain. In addition, in recent years, Brazil has shown a reduction in resources allocated to public policies for women in family farming, as well as difficulties in advancing the agenda to promote gender equality. Thus, based on the theoretical perspective that considers actors and processes in international development, the work observed trends, on the part of FAO, for the systematization of practices and generation of evidence in the scope of the project as a mechanism for implementing SDG 5. of the project, the diffusion of development standards to improve productivity in family agriculture and the absence of specific structures that deal with gender equality stand out.

Keywords: South-South Cooperation; Agriculture; Genre; Latin America.

SOUZA, C. M. S.

Introdução

As novas concepções sobre desenvolvimento têm ocupado, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, espaços importantes nas agendas dos Estados e das Organizações Internacionais como alternativas críticas a um ideário de desenvolvimento capitalista, cuja origem está relacionada aos processos de colonização, modernização industrial e formação decapital. Assim, atrelado à renda per capita e ao crescimento econômico, o conceito pressupõe a existência de uma sociedade de consumo desenvolvida e “avançada” em detrimento das sociedades pré-capitalistas, subdesenvolvidas ou “atrasadas”, tornando-se uma medida de progresso para os países ocidentais industrializados.^{II}

Neste contexto, os debates sobre desenvolvimento internacional consolidam-se por uma lógica hierárquica dos países do hemisfério Norte sobre os países do Sul, instituindo modelos de cooperação internacional orientados à assistência econômica como forma de manutenção das relações de poder existentes. Na América Latina, esta dinâmica se reflete na situação de dependência econômica e tecnológica da região com os países desenvolvidos, condicionada por um modelo produtivo focado na exportação de bens-primários, resultando em um desenvolvimento interno desigual e limitado. Por outro lado, a região também torna-se palco para a emergência de resistências e mecanismos de integração regional como contraposição às explorações provocadas pelas intervenções desenvolvimentistas neoliberais.^{III}

Paralelamente, o processo de globalização e as crises financeiras das últimas décadas revelam fraquezas sistêmicas no cenário internacional e a necessidade de uma reflexão conceitual sobre desenvolvimento, além de novas estratégias de atuação que incorporem a inclusão social e a proteção ao meio ambiente. Assim, a dinâmica da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento^{IV} se contextualiza neste debate com uma reconfiguração dos modelos de cooperação pela perspectiva Sul-Sul, isto é, pela busca de soluções pensadas a partir dos conhecimentos e experiências dos próprios países “subdesenvolvidos”.^V

Este movimento registrou marcos importantes para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento como a elaboração do conceito de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) durante a Conferência de Buenos Aires em 1978. Os objetivos da cooperação técnica consistem no fortalecimento das capacidades institucionais dos países parceiros, especialmente nos setores de desenvolvimento econômico e social, além do compartilhamento de experiências e boas práticas, adquirindo relevância nos projetos de cooperação latino-americanos em suas diferentes modalidades, dentre elas, a cooperação Trilateral, caracterizada pela cooperação entre países em desenvolvimento e Organizações Internacionais, ou entre países em desenvolvimento e um país desenvolvido.^{VI}

Em vista disso, as articulações regionais e multilaterais se traduziram em uma multiplicidade de projetos de cooperação entre países em desenvolvimento para a promoção de competências técnicas, tecnológicas e gerenciais em diversos setores, dentre elas, a agricultura. Na região da América Latina e Caribe, a cultura do algodão corresponde a grande parte das unidades de produção agrícola, sendo também a fonte de emprego e renda para pequenos produtores. Todavia, na primeira década dos anos 2000, a região apresentou uma redução da produtividade da oleaginosa em decorrência de fatores como os grandes subsídios para exportação, o uso de sementes importadas, a disseminação do “bicudo-do-algodoeiro” e a falta de políticas governamentais efetivas para o fortalecimento do setor.^{VII}

Nesse contexto, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), lançaram em 2013 o projeto +Algodão^{VIII} com o objetivo de fomentar e impulsionar o setor algodoeiro por meio da cooperação

SOUZA, C. M. S.

Sul-Sul Trilateral em sete países parceiros. Financiado pelo Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), o projeto também conta com recursos materiais, humanos e científicos provenientes de diferentes instituições cooperantes brasileiras. Desse modo, a iniciativa se organiza em duas frentes estratégicas: a implementação do “projeto-país” e o fortalecimento de capacidades institucionais.^{IX}

Dentre as principais ações desenvolvidas pelo projeto, estão o compartilhamento de experiências e boas práticas de produção sustentável do algodão por meio de capacitações, imersões em dias de campo, Assistência Técnica e Extensão Rural, e a facilitação do acesso a mercados que agregam valor para a produção local. No que condiz aos debates sobre desenvolvimento sustentável trazidos pela Agenda 2030, o projeto considera a abordagem de gênero como um dos eixos transversais, evidenciando o papel desempenhado pelas mulheres na cadeia de valor do algodão, ou seja, desde o plantio, preservação das culturas ancestrais e orgânicas, até a promoção da segurança alimentar e comercialização.^X

Sob essa perspectiva, a transversalização de gênero surge como uma ferramenta estratégica para o fortalecimento de capacidades institucionais e garantia da sustentabilidade produtiva do algodão nos países parceiros. Contudo, apesar dos esforços para redução da desigualdade de gênero de acordo com as metas do “Objetivo de Desenvolvimento Sustentável”⁴ (ODS) 5, a FAO aponta a persistência da participação desigual entre homens e mulheres na agricultura familiar e grandes desafios a serem superados.^{XI}

Dessa maneira, o presente artigo tem como foco de estudo o projeto +Algodão de forma a compreender os mecanismos utilizados para promoção da igualdade de gênero e as contradições identificadas durante sua implementação. Fundamentado na perspectiva teórica sobre atores e processos no desenvolvimento internacional, o trabalho parte de uma análise exploratória e descritiva dos relatórios disponibilizados pela ABC e FAO acerca do projeto, bem como dos indicadores relacionados ao ODS 5 na região da América Latina.

Nos tópicos seguintes, serão apresentados, primeiro o marco-teórico conceitual e sua evolução ao longo dos últimos anos, posteriormente, expõe-se os desafios e avanços do ODS 5 no contexto deste estudo, em seguida, realiza-se uma discussão acerca da participação feminina no projeto +Algodão e suas intersecções com o conceito de desenvolvimento. Ao final, apresentam-se reflexões críticas sobre os atores e processos envolvidos nesta cooperação Sul-Sul Trilateral, considerando os resultados encontrados pela perspectiva de gênero.

Desenvolvimento internacional e a Política de Igualdade de Gênero da FAO

O artigo fundamenta-se na discussão teórico-conceitual sobre atores e processos no desenvolvimento internacional e na Política de Igualdade de Gênero implementada pela FAO, de forma a compreender as intervenções de cooperação Sul-Sul Trilateral na América Latina para o setor algodoeiro e sua relação com o ODS 5.

Nesse sentido, é importante contextualizar que as teorias econômicas liberais que orientaram a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento^{XII} na segunda metade do século XX, visavam um processo de acumulação de capital por meio do aumento da produtividade do trabalho na indústria em detrimento do setor agrícola. Assim, as primeiras críticas a esta concepção de desenvolvimento questionavam as relações de dependência dos países do Sul aos países do Norte e a colonialidade intrínseca que persiste a ela.^{XIII}

Aníbal Quijano^{XIV} aponta que a América se estabelece como a “primeira identidade da modernidade” marcada pelas noções de raça e gênero^{XV} como instrumentos de classificação social e mecanismos de dominação nas estruturas de controle do trabalho, ao passo que, a análise do sistema-mundo de Wallerstein^{XVI}, expõe uma nova perspectiva da realidade social inserida na

SOUZA, C. M. S.

história do sistema-mundo moderno e nas estruturas de conhecimento que cresceram como parte dele. Neste contexto, o conceito de centro-periferia^{XVII} também se reproduziu culturalmente na maneira como os intelectuais enxergavam o desenvolvimento e o subdesenvolvimento a partir de uma ótica dos centros urbanos, ou seja, com soluções eurocêntricas para o “atraso” das áreas rurais e indígenas, desconsiderando o conhecimento local e as interculturalidades destes atores.^{XVIII}

A teoria da dependência, portanto, surge na América Latina durante os anos 1960 com uma abordagem complementar e crítica à discussão centro-periferia, apresentando uma análise histórico-estrutural sobre a própria constituição colonial das periferias. Theotonio dos Santos^{XIX} define o conceito de dependência como a relação de subordinação das economias periféricas com a expansão das economias desenvolvidas as quais estavam subjugadas. De acordo com o autor, a dependência revela não só as estruturas externas de desigualdade como as fragilidades internas dos países subdesenvolvidos, se manifestando, também, pelo caráter ideológico, moral e político. Dessa forma, a teoria da dependência se contrapõe à noção de que o subdesenvolvimento é mero resultado da incapacidade de modernização, e sim, a base para a expansão do capitalismo, já que restringe os setores de atuação dos países periféricos provocando um ciclo vicioso de dependência e exploração da força de trabalho.^{XX}

Assim, nas últimas décadas, a ideia de desenvolvimento vem ocupando um lugar importante nas agendas internacionais e governamentais. Fatores como o avanço da globalização, as crises financeiras globais e a ascensão dos países do Sul, permitiram a criação de marcos políticos estratégicos do nível local ao global. A partir de 1990, atores como a sociedade civil, o Estado, instituições públicas e privadas, inseriram-se na agenda de desenvolvimento buscando redefinições de suas políticas para uma gestão mais participativa e descentralizada no marco da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. O início do século XXI também marcou uma reorientação nas formas de se praticar a cooperação internacional, incluindo o discurso da solidariedade e o da eficiência no uso dos recursos concedidos para os projetos.^{XXI}

No panorama latino-americano, estes novos debates resultaram em ferramentas de integração regional visando uma ruptura com o modelo neoliberal e mais autonomia a partir de contribuições próprias dos países do Sul. A cooperação Sul-Sul, por exemplo, surge associada ao processo de descolonização e torna-se um mecanismo importante para o fortalecimento de capacidades nacionais e para a compreensão da governança ambiental no século XXI enquanto que, a cooperação Trilateral, verifica-se como um mecanismo multiplicador da cooperação Sul-Sul por meio da cooperação técnica.^{XXII}

Vale destacar que, no âmbito internacional, as sucessões de negociações multilaterais em torno do conceito de desenvolvimento marcaram a aprovação da Agenda 2030 em 2015, retomando a discussão em torno do compromisso universal com a sustentabilidade pelos pilares econômico, social e ambiental. As metas propostas dão ênfase aos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” como forma de “missão civilizatória”, assim como pressionam para intervenções mais sustentáveis modificando as prioridades da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na comunidade internacional.^{XXIII}

Nesse sentido, é importante considerar a análise crítica que Norman Long^{XXIV} faz às estruturas do desenvolvimento internacional pela perspectiva do campesinato e ao ator social que dá sentido à elas. Para Long, é necessário olhar para as interfaces, isto é, para as interações entre ator e estruturas, pois a maneira como as intervenções políticas ocorrem está associada à sua capacidade de agência dentro de um território composto por diferentes interesses e racionalidades. Este aspecto é fundamental para se analisar os choques entre políticas locais e a cooperação Norte-Sul, assim como a posição da mulher nestes espaços.

Em “Calibã e a Bruxa”, Silvia Federici^{XXV} traz uma contribuição histórica e atual sobre o fato de que a formação e expansão do capitalismo só foi possível a partir da apropriação e violência

MULHERES DE FIBRA: A TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO DA
COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O SETOR ALGODOEIRO

SOUZA, C. M. S.

de corpos feminilizados e racializados. Sua análise, portanto, nos permite compreender a complexidade das camadas que perpassam o tema de gênero. No regime capitalista colonial, a escravização e difusão de crenças misóginas reduziram a posição social da mulher, em especial da mulher rural, a uma condição subalterna associada ao trabalho não remunerado de subsistência e de reprodução da força de trabalho, sendo privadas de direitos como o de acesso à terra.

Essa divisão sexual do trabalho, por outro lado, implicou não só a privação dos direitos das mulheres, como a dominação sobre o corpo feminino nas esferas públicas e privadas. A separação entre o que é trabalho “produtivo” e trabalho reprodutivo invisibiliza e exclui a experiência feminina do campo de produção, forçando-as a uma condição de vulnerabilidade e empobrecimento, além de criar o direito político de acesso a seus corpos.^{XXVI} Dessa forma, Federici^{XXVII} afirma que:

Na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos.

Com a chegada da Revolução Verde^{XXVIII} na América Latina (1960 - 1970), a “modernização” do campo foi implementada por meio de novos maquinários, insumos agrícolas, tecnologias genéticas e do compartilhamento de técnicas de produção que, em termos práticos, marginalizaram os pequenos agricultores e as mulheres camponesas ao não considerar as peculiaridades locais cada unidade produtiva. Por consequência, os benefícios e subsídios foram direcionados aos países industrializados produtores de pesticidas e grandes latifundiários exportadores de alimentos, acentuando a concentração de renda, a fome e a pobreza na região.^{XXIX}

Portanto, os conceitos de desenvolvimento rural e produção sustentável se contrapõem ao modelo tecnológico do setor agrícola adotado durante a Revolução Verde ao entender o desenvolvimento para além da modernização, isto é, como um processo multifacetado que envolve “a melhoria das condições de trabalho e de vida das populações rurais, a eliminação das desigualdades sociais e econômicas no campo, e a preservação do patrimônio ambiental”^{XXX}. Contudo, embora atualmente as mulheres representem uma participação mais ativa na cadeia de valor no contexto rural, ainda persistem as desigualdades em termos de acesso à terra, serviços públicos, capacitações e autonomia financeira.

Em 2013, a FAO adotou a Política de Igualdade de Gênero à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher (CEDAW) com o objetivo de “alcançar a igualdade entre homens e mulheres em matéria de produção agrícola para desenvolvimento rural para erradicar a fome e a pobreza”^{XXXI}. A política marca a inclusão da igualdade de gênero em todos seus âmbitos organizacionais, desde o nível técnico das intervenções produtivas, até o de monitoramento e avaliação, visando a equidade de acesso às oportunidades econômicas e tomadas de decisões sobre iniciativas que afetam a mulher e seu núcleo familiar.^{XXXII}

Considerando que “erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”^{XXXIII}, é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, e que as desigualdades provocadas pelo capitalismo industrial impactam em maior escala as mulheres e jovens rurais, incluir a transversalização de gênero^{XXXIV} nas estratégias de intervenção das instituições, junto a ação estatal, é fundamental para a compreensão do impacto que estes atores exercem sobre a vida de homens e mulheres e para uma ruptura na cultura patriarcal como mecanismo de construção de estruturas mais equitativas.^{XXXV}

Nesse sentido, os esforços por agendas transversais fortalecem as discussões interseccionais e intersetoriais, evidenciando a relevância de ações que considerem a pluralidade

SOUZA, C. M. S.

dos corpos femininos, sobretudo no Sul global. Dentro dessa lógica, os movimentos de resistência motivados pela condição de subalternidade também vão reinventando e orientando diferentes formas de ação.^{XXXVI}

Farzam Arbab^{XXXVII} propõe uma alternativa rural aos modelos de desenvolvimento por meio de instituições locais pensadas com o ator e para que ele participe não somente como receptor passivo das intervenções, mas também como protagonista do seu processo de criação e implementação. A igualdade de gênero e sua consequente leitura como uma questão transversal, principalmente levando em conta os ODS, devem ir além do campo normativo para superar a condição de subordinação presente nas relações sociais e institucionais.^{XXXVIII}

A Agenda 2030 e a transversalização de gênero: novos olhares para as mulheres rurais

A garantia do direito a uma vida sem violência e com condições necessárias para o pleno exercício da cidadania é uma das bases para a construção do ODS 5: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Sendo assim, as definições acordadas internacionalmente para sua construção abarcam um conjunto de temas importantes que necessitam ser internalizados por governos, sociedade civil, instituições públicas e privadas para o cumprimento efetivo das metas convencionadas.

Se faz importante definir que, de acordo com a ONU Mulheres (2016), o conceito de igualdade de gênero está associado à igualdade de “direitos, responsabilidades e oportunidades” entre homens, mulheres, meninos e meninas, enquanto que “empoderar” compreende à conquista de autonomia sobre o próprio desenvolvimento e aspirações de vida, contemplando a liberdade de consciência, crença, reconhecimento e participação efetiva na formulação de políticas públicas.

No entanto, a partir de uma análise do desempenho global para cumprimento do ODS 5 realizada pelo *Sustainable Development Report*^{XXXIX} ainda se observam^{XL} constrangimentos significativos relacionados à sua operacionalização. Dentre eles, destaca-se a escassez de dados desagregados em níveis nacionais e subnacionais, tais como, classe, raça, gênero e território, a falta de uma estrutura específica para a temática da transversalização, e a própria diversidade de identidades intersubjetivas em cada região.^{XLI}

Na América Latina, os feminismos surgem acompanhados do caráter heterogêneo dos países e de uma preocupação estratégica em responder às particularidades existentes entre mulheres negras, jovens, indígenas, camponesas e quilombolas, sobretudo a partir de reivindicações por maior participação política. Em paralelo, a inclusão das pautas feministas nas agendas das Nações Unidas contribuíram para a transversalização de gênero no âmbito do MERCOSUL, incidindo sobre o desenvolvimento de uma agenda de gênero sistematizada pela Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF)^{XLII} dentro do bloco.^{XLIII}

Todavia, é importante reforçar que não se trata de uma construção linear, mas sim de processos que vão ganhando espaço paulatinamente em meio às estruturas de poder. Ao analisar a evolução média dos indicadores do ODS 5 entre os anos de 2015 e 2019 na América Latina, o *Sustainable Development Report* aponta para uma tendência de avanço moderado, quase estagnado, com uma mudança percentual de apenas 2,7% durante o período de observação. A análise se concentrou nos seguintes parâmetros: i) planejamento familiar mediante o uso de métodos contraceptivos; ii) anos de escolaridade que se espera receber ao longo da vida; iii) mulheres economicamente ativas; iv) participação política; v) diferença salarial; vi) matrimônio entre os 20 e 25 anos ou algum tipo de união antes dos 15 anos de idade e, vii) mulheres acima de 15 anos de idade que sofreram algum tipo de violência pelo parceiro.^{XLIV}

Nesse sentido, o desempenho brasileiro também apresenta um progresso moderado sobre o ODS 5. Segundo o *Sustainable Development Report*, as pontuações do país são insuficientes para cumprimento das metas até 2030. As principais assimetrias podem ser observadas na participação política, desigualdade salarial por sexo, número de mulheres jovens que não estudam e nem são

MULHERES DE FIBRA: A TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O SETOR ALGODOEIRO

SOUZA, C. M. S.

economicamente ativas, e no índice de violência baseada em gênero registrado pelas altas taxas de feminicídio.^{XLV}

Ao mesmo tempo, o *ranking* verifica baixos esforços políticos no país para o cumprimento dos ODS em geral. Embora os ODS sejam incorporados em ações setoriais, eles não aparecem como pauta nas declarações oficiais, tampouco no plano orçamentário federal. Além disso, não foram encontrados indicadores nacionais de monitoramento, nem unidades específicas para sua coordenação e implementação nos ministérios.^{XLVI}

Nesse sentido, junto aos (des)avanços normativos e discursivos do Brasil, as informações em relação às mulheres rurais apresentam a necessidade de sistematização nos instrumentos de formulação de políticas. A Marcha das Margaridas iniciada nos anos 2000 por mulheres trabalhadoras rurais, por exemplo, busca ações estratégicas voltadas para as mulheres do campo como mecanismo de articulação política com o Estado. Sob o lema “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, o movimento representa novos olhares sobre o território e se contrapõe às intervenções neoliberais que historicamente impactaram trabalhadoras e trabalhadores rurais, pressionando e denunciando as práticas insustentáveis do agronegócio, receptor de grandes subsídios e incentivos públicos.^{XLVII}

No âmbito da FAO, até 2015, verifica-se que os esforços da organização se concentravam na busca pela erradicação da fome sem um reconhecimento explícito de ações voltadas para os problemas relacionados às mulheres rurais, responsáveis por grande parte da produção de alimentos na agricultura familiar. Entretanto, a partir do ano supracitado, a temática passa a ser incorporada por meio de propostas para melhoria da produtividade, comercialização e remuneração do trabalho no campo. Além disso, a promoção de campanhas no âmbito das conferências regionais de mulheres rurais, sinalizam um avanço a nível organizacional para ampliar a visibilidade dos desafios enfrentados e reunir conhecimentos e experiências construídas a nível local.^{XLVIII}

Nas palavras do atual (2019-2023) diretor geral da organização, QU Dongyu, “Alcançar a igualdade de gênero na agricultura é fundamental para a erradicação da fome, desnutrição e pobreza”^{XLIX}. Sendo assim, a Política de Igualdade de Gênero atualizada para a década de 2020 e 2035 fundamenta-se nos saberes das próprias agricultoras sobre manejo dos recursos naturais para atingir quatro principais objetivos: i) ampliar o poder de decisão e participação nos marcos legais, nas políticas e programas de organizações rurais; ii) equiparar o acesso e controle sobre recursos naturais e produtivos; iii) equiparar o acesso a serviços, mercados, trabalho decente e renda; iv) redução da carga horária de trabalho de mulheres com ampliação do acesso a tecnologias e distribuição equitativa de responsabilidades, incluindo a nível doméstico.^L

O documento também reconhece a importância de parcerias estratégicas para a implementação dos objetivos acordados. Nesse sentido, a FAO atua para a criação de evidências por meio: i) da coleta e incorporação de dados desagregados por sexo, incluindo a capacitação dos membros para o levantamento de dados; ii) do planejamento estratégico cuja dimensão de gênero esteja presente em todas suas etapas; iii) da formulação e implementação de indicadores de gênero como referência para parceiros nacionais e internacionais; iv) da gestão de recursos humanos a nível organizacional; v) da integração da dimensão de gênero em avaliações e auditorias; vi) e da mobilização de recursos e divulgação dos trabalhos desenvolvidos^{LI}. Assim, a seção a seguir realiza uma discussão acerca do projeto de cooperação Sul-Sul Trilateral + Algodão e suas contribuições em torno da temática de gênero.

SOUZA, C. M. S.

A participação feminina na cadeia de valor do algodão

Lançado em 2013 como objetivo de fortalecer o setor algodoeiro na América Latina e Caribe, o projeto +Algodão é uma iniciativa de cooperação Sul-Sul Trilateral promovida pelo governo brasileiro em parceria com a FAO e sete países parceiros: Argentina, Bolívia, Equador, Colômbia, Haiti, Paraguai e Peru.^{LII}

Os recursos financeiros do projeto são aportados pelo Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), enquanto que os recursos técnicos e humanos são ofertados pelas instituições parceiras Associação Brasileira de Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER-PB).^{LIII}

Assim, para efetivação do desenvolvimento da cadeia produtiva do algodão, o projeto sugere duas principais estratégias: o fortalecimento de capacidades, e a implementação dos “projetos-país”. A primeira estratégia parte de intervenções voltadas para o desenvolvimento de: i) capacidades individuais dos pequenos produtores mediante capacitações; ii) capacidades organizacionais relacionadas às estruturas e funcionamento das instituições cooperantes; iii) capacidades do chamado “entorno facilitador”, a partir do fomento de eventos e espaços de diálogo que permitem a aplicação de conhecimentos e aprendizados. Já a segunda estratégia, pressupõe o desenvolvimento sustentável do setor algodoeiro por meio de alianças e projetos que considerem as especificidades de cada país parceiro.^{LIV}

Nesse sentido, após o primeiro ano de implementação do projeto, a ABC e a FAO levantaram dados^{LV} acerca da participação feminina na cadeia de valor do algodão como forma de contextualizar o planejamento das ações a serem executadas. Dessa forma, foi desenvolvida uma metodologia específica para cinco países parceiros: Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Peru. Os resultados apontaram para a persistência da pobreza rural em locais onde as intervenções concentram-se exclusivamente no aumento da produtividade agrícola, além de reivindicações pela manutenção da identidade cultural de grupos vulneráveis e por respostas intersetoriais para a redução das desigualdades entre homens e mulheres.^{LVI}

Dessa forma, faz-se importante contextualizar que os principais fatores de desigualdade de gênero estão relacionados aos entraves de acesso à terra e à tomada de decisão das mulheres sobre a propriedade e, fundamentalmente, sobre si. O acesso e controle à terra é imprescindível para que as mulheres adquiram maior autonomia e usufruam de serviços sociais básicos que transcendem o caráter produtivo e econômico da cadeia de valor, como o acesso à saúde, transporte e educação. Estas lacunas também expõem o conjunto de violências ancestrais que marcaram a região e que são, em certa medida, silenciadas nas políticas para o desenvolvimento sustentável. Neste aspecto, chama a atenção o fato de que a Bolívia foi o único país que apresentou a violência, a exclusão e o abandono como fatores condicionantes da desigualdade de gênero.^{LVII}

Assim, o estudo reconhece que as políticas e processos de acesso ao mercado geralmente são implícitas ao tema da equidade e não especificam os diferentes papéis desempenhados pelas mulheres rurais na cadeia de valor. Além disso, a falta de articulação entre os Ministérios e Conselhos da Mulher e as instituições públicas, afetam a implementação de ações relacionadas ao assunto. Desse modo, as principais áreas que favorecem o “empoderamento e desempoderamento” das mulheres são analisadas com vistas a apoiar em políticas públicas mais inclusivas para o setor algodoeiro.^{LVIII}

É válido pontuar que, considerando a natureza subjetiva do empoderamento, a ABC e a FAO desenvolveram indicadores específicos em parceria com o Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares (IFPRI, na sigla em inglês) da Universidade de Oxford com o

MULHERES DE FIBRA: A TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O SETOR ALGODOEIRO

SOUZA, C. M. S.

auxílio da Agência de Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID). Os indicadores visam quantificar e qualificar os níveis de autonomia da mulher rural sobre seus bens no âmbito familiar, a influência em tomadas de decisão na produção agrícola, a participação como lideranças comunitárias, o controle sobre o uso da própria renda e a carga horária de trabalho.^{LIX}

Sendo assim, nas localidades onde existe liderança feminina no campo, foram identificadas técnicas mais agroecológicas voltadas para a preservação da diversidade nativa do algodão, bem como a valorização de práticas agrícolas ancestrais e do artesanato local. Como recomendação aos desafios encontrados, e tendo em vista a pluralidade de atividades na cadeia de valor, o estudo propôs a criação de grupos focais para a análise da satisfação de necessidades e o registro de lições aprendidas em cada localidade.^{LX}

Considerando a Agenda 2030 e as informações levantadas pela FAO e ABC, observa-se que embora os ODS sejam incluídos como parâmetros para o desenvolvimento sustentável, ainda são escassos estudos mais assertivos sobre a relação entre as intervenções realizadas e o cumprimento das metas pré-estabelecidas na agenda global. Ainda, apesar da transversalização de gênero ser um dos pilares estratégicos do +Algodão, o ODS 5 nem sempre é mencionado nos meios de comunicação acerca do projeto, sendo que os ODS mais recorrentes se concentram na Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS 2), Consumo e Produção Sustentáveis (ODS 12) e Parcerias e Meios de Implementação (ODS 17).

Pela crítica feminista, torna-se nítida a importância do que Margarita Barragán (2016) chama de “pensamento integral sobre o discurso do desenvolvimento”, ou seja, a importância de se repensar as implicações da natureza colonial e patriarcal inerente ao conceito de desenvolvimento. Este fenômeno associa-se às intervenções tecnocratas sobre realidades sociais complexas, refletindo transferências de práticas que muitas vezes invisibilizam a participação de mulheres como sujeitos com capacidade de agência. Barragán., portanto, reforça a necessidade de um olhar sistêmico das políticas de desenvolvimento, buscando uma mudança epistemológica nas estruturas institucionais.

Após oito anos do início das atividades, o +Algodão lançou sua terceira fase em 2021 com vigência até 2024. Para o novo ciclo de atividades, a iniciativa formalizou mais três parcerias, sendo elas, a Organização das Cooperativas Brasileiras, a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e a organização social Diaconia^{LXI}. As instituições cooperantes avançam na construção de planejamentos nacionais orientados ao sistema algodoeiro e na elaboração de estratégias de melhoria para a competitividade no mercado, no entanto, não foram divulgados estudos atuais sobre o mapeamento dos papéis de gênero no contexto do projeto.^{LXII}

As experiências do projeto apresentam paradoxos institucionais dada a complexidade e interdependência dos atores envolvidos na cadeia de valor do algodão. Considerando os impactos da pandemia de Covid-19 sobre o setor, as análises mais recentes indicam uma concordância dos países participantes para dificuldades em relação ao aumento dos preços dos insumos e adaptações em termos de logística, conectividade e comunicação entre os pequenos agricultores.^{LXIII}

Para as mulheres, os desafios persistem sobre os entraves de acesso aos mercados, programas e benefícios para manutenção da segurança alimentar, dentre outros aspectos de representação. Além disso, as contradições também se refletem no comportamento político, institucional e nos interesses particulares dos países parceiros e instituições cooperantes em relação à sustentabilidade. Nos últimos anos, por exemplo, além do ODS 5, o Brasil apresentou retrocessos nas políticas de proteção ambiental e na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Portanto, é importante considerar que apesar da América Latina ter se consolidado como uma região que trouxe novas dinâmicas para a cooperação Sul-Sul, a cooperação opera em meio a diferentes interesses políticos, econômicos e culturais, muitas vezes escondidos sob o entendimento em relação ao desenvolvimento sustentável. No Brasil, por exemplo, a produção do

SOUZA, C. M. S.

algodão na agricultura familiar coexiste com o modelo agroexportador evidenciando contradições nas políticas domésticas e certa politização da própria cooperação Sul-Sul no setor agrícola. Da mesma forma, é necessário um olhar crítico sobre até que ponto a presença das Organizações Internacionais e dos países desenvolvidos estão contribuindo para novos caminhos sobre o debate do desenvolvimento sustentável ou reproduzindo práticas hegemônicas por meio da cooperação Trilateral.^{LXIV}

Verifica-se que o próprio conceito de desenvolvimento também vem anulando as questões de gênero. De acordo com Alberto Acosta^{LXV}, no âmbito diplomático “não é comum falar em países subdesenvolvidos e menos ainda se aceita que sejam países empobrecidos ou periféricos pela própria busca do “desenvolvimento”. Para Amartya Sen^{LXVI}, o caminho para se atingir o desenvolvimento com equidade está na eliminação de tudo aquilo que priva a liberdade dos indivíduos em exercerem suas capacidades plenamente, e estas privações estão presentes nos marcos legais, nas estruturas institucionais, sociais, econômicas e políticas, o que implica na forma como estas transformações epistemológicas, de fato, são absorvidas.

Considerações finais

Inicialmente, este trabalho abordou as diferentes perspectivas analíticas em torno do conceito de desenvolvimento e suas implicações para uma reorientação das práticas da cooperação internacional. Em seguida, a partir de uma análise do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 e do projeto de cooperação Sul-Sul +Algodão, os debates focalizaram nos desafios para uma participação mais efetiva (e assertiva) das mulheres rurais na cadeia de valor do produto. Nesta seção, efetivaram-se as considerações finais sobre as principais tendências e contradições identificadas na prática da cooperação Sul-Sul como uma alternativa ao desenvolvimento sustentável do setor algodoeiro.

As primeiras conclusões assumem os princípios da cooperação Sul-Sul em si como facilitadores e entraves para a internalização de temas sensíveis ao desenvolvimento sustentável em agendas governamentais e institucionais. Isto porque, ao mesmo tempo em que há uma subjetividade identitária no conceito de bem-estar social, não existem consensos em torno da definição de desenvolvimento. Além disso, nota-se uma preocupação entre as ações implementadas e os interesses dos atores envolvidos, além do questionamento se há mesmo uma horizontalidade nos processos. O caráter heterogêneo dos países da América Latina e dos grupos de pressão envolvidos no projeto apresenta aspectos que nem sempre se convergem, como as agendas de política externa, a estrutura institucional e os modelos produtivos e de desenvolvimento.

Assim, pela leitura dos documentos disponibilizados pela ABC e FAO, foi possível notar que o projeto +Algodão apresenta esforços que incluem a perspectiva dos agricultores locais para a construção e reavaliação das atividades implementadas utilizando-se, principalmente, dos dias de campo para troca de experiências e da assistência técnica com a extensão rural. Em relação às demais instituições cooperantes, foram encontradas limitações de acesso à informação sobre os modelos estruturais e processos de como homens e mulheres agricultoras são representadas.

No que tange suas relações com a Agenda 2030, percebe-se que, de um lado, as intervenções da cooperação técnica apresentam um olhar sistematizado para o cumprimento de metas seguindo uma lógica de formação de alianças estratégicas e territorialização de projetos para superação de desafios e, por outro, observa-se a difusão de padrões de desenvolvimento voltados ao aprimoramento da tecnologia para intensificação da produtividade no nível da agricultura familiar.

Em relação ao ODS 5, nota-se avanços normativos importantes para a inclusão da perspectiva de gênero no âmbito do projeto. No entanto, a escassez de dados desagregados ainda representam fragilidades para sua operacionalização, assim como a falta de estruturas específicas

SOUZA, C. M. S.

que tratem a transversalização de gênero nas instituições e ações estatais.

Nesse sentido, as forças endógenas advindas de movimentos de contestação da sociedade civil, tais como os feminismos na América Latina e as demandas das mulheres trabalhadoras rurais, trazem novos olhares alternativos ao desenvolvimento, incluindo a relação entre o ator social e a natureza como forma de satisfação de necessidades. Os dados levantados colocam em evidência que em espaços onde há liderança feminina no campo, as demandas por técnicas agroecológicas de produção são mais valorizadas. Estes aspectos são importantes, pois destacam as respostas dadas pelo Brasil e FAO à temática de desenvolvimento sustentável associado à desigualdade de gênero, sendo o Brasil um país em desenvolvimento doador da cooperação técnica, e a FAO um Organismo Internacionalcooperante.

A terceira fase iniciada pelo projeto em 2021 também apresenta fatores interessantes como os impactos da pandemia de Covid-19 sobre a conectividade, comunicação e logística. No caso das mulheres rurais, os entraves de acesso aos mercados, programas e benefícios sociais, reforçam novas e contínuas barreiras no setor. Nesse sentido, verificam-se contradições no comportamento do governo brasileiro em termos discursivos e práticos. Ao mesmo tempo, preocupa os baixos esforços políticos para cumprimento da Agenda 2030 a nível federal, uma vez que os empenhos do país se mostram suscetíveis às mudanças de prioridade das agendas dos governos, evidenciando o risco de descontinuidade das ações.

Por parte da FAO, se observa uma predisposição a nível institucional para geração de evidências sobre os desafios enfrentados pelas mulheres rurais a partir de uma gestão baseada em resultados. A implementação da Política de Igualdade de Gênero e a criação de indicadores para acompanhamento dos níveis de “empoderamento e desempoderamento” manifestam sua atuação nesse sentido e indicam padrões interessantes de governança.

De toda forma, é válido se atentar à forma como estes indicadores ainda são pensados e elaborados com o protagonismo de comunidades acadêmicas e conhecimentos advindos do Norte ao invés de instituições locais dos países da América Latina. Em linhas gerais, as novas linguagens do desenvolvimento incorporadas pela CSS e pela Agenda 2030, são importantes para um olhar atento aos padrões de intervenção criados para fortalecer as capacidades institucionais dos países sem perder o foco das possibilidades do hiato de participação dos atores sociais e das promessas oferecidas pelos processos de desenvolvimento planejado.^{LXVII}

Notas

^I Mestranda do Programa de pós-graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

^{II} (HERNANDEZ; ANELLO, 1993).

^{III} (MILANI, 2014; ORILANGE, 2020).

^{IV} Definida por Bruno Ayllón (2006) como ações (públicas e privadas) com a finalidade de erradicação da pobreza e exclusão social dos países em vias de desenvolvimento, com o “incremento permanente dos seus níveis de desenvolvimento político, social, econômico e cultural.”

^V (AYLLÓN, 2013).

^{VI} (AYLLÓN, 2013).

^{VII} (FAO; ABC, 2017).

^{VIII} Também denominado “Mais Algodão” pelo Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO. Para mais informações, acessar: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/setor-algodoeiro/pt/>

^{IV} Ver em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

^{IX} (FAO, 2015).

^X (FAO, 2015).

^{XI} (FAO; ABC, 2017).

MULHERES DE FIBRA: A TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO DA
COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O SETOR ALGODOEIRO

SOUZA, C. M. S.

-
- XII Compreendida como os fluxos de caráter concessional destinados a países em vias de desenvolvimento com a finalidade de promoção do desenvolvimento econômico e bem-estar social (AYLLÓN, 2006).
- XIII (HERNANDEZ; ANELLO, 1993).
- XIV (2005).
- XV Gênero entendido por Renata Giannini (2019, p. 96) como um “sistema social que molda identidades e vidas individuais, além de prever um marco rígido de como devem se comportar”.
- XVI (2004).
- XVII Criado por Raúl Prebisch (*apud* Quijano, 2005) na década de 1950 para explicar as relações de poder da Europa sobre a América Latina.
- XVIII (FIGUEROA, 2012).
- XIX (2011).
- XX (SANTOS, 2011).
- XXI (MENEZES, 2019; SANTOS FILHO, 2005).
- XXII (AYLLÓN, 2013).
- XXIII (MENEZES, 2019).
- XXIV (2007).
- XXV (2017).
- XXVI (PATEMAN, 1993).
- XXVII (2017, p. 191).
- XXVIII A “Revolução Verde” é uma expressão utilizada para demarcar os rápidos aumentos na produção de trigo e arroz nos países em desenvolvimento provocados por variedades geneticamente melhoradas, combinadas com a ampliação do uso de fertilizantes e outros insumos químicos, impactando drasticamente nos rendimentos e no abastecimento alimentar em muitos países em desenvolvimento (PINSTRUP-ANDERSEN; HAZELL, 1985).
- XXIX (CORAZZA, 2006).
- XXX (MDA, 2013, p.14).
- XXXI Tradução própria. Disponível em: *Mujeres de Algodón: roles de género y participación en las cadenas de valor en Argentina, Bolivia, Colombia, Paraguay y Perú*. Santiago: FAO, 2017, p. 5.
- XXXII (FAO; ABC, 2017).
- XXXIII Ver em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html>
- XXXIV Definida por Giannini (2019) como “ações dedicadas a entender o impacto que políticas, ações, estratégias e outros eventos têm para cada grupo de gênero.”
- XXXV (GONÇALVES, 2019).
- XXXVI (FEDERICI, 2017).
- XXXVII (2008).
- XXXVIII (MENEZES, 2019).
- XXXIX Ver mapa interativo em: <https://dashboards.sdgindex.org/map>
- XL (SACHS *et al*, 2022),
- XLI (GIANNINI, 2019).
- XLII Instância de diálogo entre governos e movimentos sociais do Mercosul (FAO, 2016).
- XLIII (MONTEIRO, 2014).
- XLIV (CODS, 2020; SACHS *et al*, 2022).
- XLV (CODS, 2020; SACHS *et al*, 2022).
- XLVI (POLICY, 2022).
- XLVII (FIGUEROA, 2012; LUNAS, 2015).
- XLVIII (FAO; ABC, 2017).
- XLIX Tradução própria. Disponível em: *FAO Policy on Gender Equality 2020-2030*. Roma: FAO, 2020. p. 28.
- L (FAO, 2020).
- LI (FAO, 2020).
- LII (FAO; ABC, 2017).
- LIII (FAO; ABC, 2017).
- LIV (FAO; ABC, 2017; ONU, 2022).
- LV Disponível em: *Mujeres de Algodón: roles de género y participación en las cadenas de valor en Argentina, Bolivia, Colombia, Paraguay y Perú*. Santiago: FAO, 2017.
- LVI (FAO; ABC, 2017).
- LVII (FAO; ABC, 2017).
- LVIII (FAO; ABC, 2017).
- Boletim do Tempo Presente vol. 11, n. 10, Out. 2022. p. 29-44 | <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente>

SOUZA, C. M. S.

LIX (FAO; ABC, 2017).

LX FAO; ABC, 2017).

LXII (ONU, 2020).

LXIII (FAO, 2020).

LXIV (CAIXETA; MORASSO, 2021; MORASSO; LAMAS, 2020).

LXV (2016, p. 47).

LXVI (2000).

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **O Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundo**. Elefante, 2016.

ARBAB, Farzam. Um novo ator social. In: ARBAB, Farzam. **La Senda del Aprendizaje en Latino America: Opción Moral**. Editorial Nur, 2ed. p. 13-28, jun. 2008.

AYLLÓN, Bruno. La Cooperación Sur-Sur y Triangular: subversión o adaptación de la Cooperación Internacional? Ecuador. **Editorial IAEN**, 2013.

AYLLÓN, Bruno. O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. **Revista de economia e Relações Internacionais**, vol. 5, n.8, 2006.

BARRAGÁN, Margarita Aguinaga *et al.* Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. Em: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: **Fundação Rosa Luxemburgo**, 2016.

CAIXETA, Marina Bolfarine; MORASSO, Carla María. Potencialidades e limites da Cooperação Sul-Sul no plano contra- hegemônico: O caso da agricultura familiar na Argentina e no Brasil. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 163-183, ago. 2021.

CALVENTO, Mariana; ROLANDI, María Lis. Reconfiguración de la Cooperación Sur-Sur en la región latinoamericana y la participación internacional de los actores subnacionales. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, [S.I], n. 224, p. 315-348, ago. 2015.

CODS, 2020. **Índice ODS 2019 para América Latina y el Caribe**. Centro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible para América Latina y el Caribe: Bogotá, Colombia.

CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio de 2006.

FAO; ABC. **El estado de arte del sector algodonero en países del Mercosur y asociados**. Santiago: FAO, 2017.

_____. **Mujeres de Algodón: roles de genero y participación en las cadenas de valor en Argentina, Bolivia, Colombia, Paraguay y Perú**. Santiago: FAO, 2017.

SOUZA, C. M. S.

FAO. **A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul**. 2016. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/461586/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

_____. **FAO Policy on Gender Equality 2020-2030**. Roma: FAO, 2020.

_____. **Mulheres rurais são essenciais para a garantia da segurança alimentar**. 2017. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1063661/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

_____. **Países parceiros do projeto + Algodão trocaram experiências, desafios e ferramentas de ATER em tempos de COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/noticias/ver/pt/c/1371080/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

_____. **+Algodão**. [2015]. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/setor-algodoeiro/pt/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FIGUEROA B., Noelia. ‘El desarrollo y las políticas públicas’, **Polis**, 33, 2012. Disponível em: <http://polis.revues.org/8580>. Acesso em: 24 jul. 2022.

GIANNINI, Renata Avelar. ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais. João Pessoa: **Ed.UFPB**, 2019, p.95-115.

GONÇALVES, Pascoal Teófilo Carvalho. Políticas públicas para territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais. João Pessoa: **Ed. UFPB**, 2019. p. 287-304.

HERNÁNDEZ, Juanita de; ANELLO, Eloy. **Conceptos de aprendizaje y desarrollo**. Bolívia: Universidad Núr - Instituto Superior de Educación Rural (ISER), 1993. 224 p.

LONG, Norman. **Sociología del Desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México, DF : Ceisal, 2007.

LUNAS, Alessandra da Costa *et al* (org.). **Margaridas: seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade**. [S.I]: Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais - Contag, 2015.

MDA. 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. 2013: **Ipea**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/conferencias-2/563-1-conferencia-nacional-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-e-solidario> Acesso em: 24 jul. 2022.

MENEZES, Henrique Zeferino de. Introdução: apresentando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais. João Pessoa: **Ed.UFPB**, p.11-19, 2019.

SOUZA, C. M. S.

MILANI, Carlos R. S. Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. In: André de Mello e Souza. (Org.). Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2014.

MONTEIRO, Nayara de Lima. **A Construção da Transversalidade da perspectiva de gênero no Mercosul: alcances e limitações a partir das relações de poder.** 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa.

MORASSO, Carla; LAMAS, Lorena. International Organizations diffusion in South-South Cooperation dynamics. Notes on the Uruguayan case in the 21st Century. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 63, n. 2, p. 1-19, jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-732920200020>

OIT. **Cooperação Sul-Sul e Triangular.** [2015]. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/south-south/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 24 jul. 2022.

ONU Mulheres (Brasil). **Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres ementas.** [S.I]: Organização das Nações Unidas, 2016. 36 p.

ONU. **Projeto +Algodão completa oito anos e inicia nova fase.** 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/127112-projeto-algodao-completa-oito-anos-e-inicia-nova-fase>. Acesso em: 24 jul. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, p. 117-142, 2005.

SACHS *et al.* **Sustainable Development Report: from crisis to sustainable development: the SDGs as a roadmap to 2030 and beyond.** Cambridge: Cambridge University Press, 2022. DOI: 10.1017/9781009210058

SANTOS, Theotônio dos. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**: 40 anos da teoria da dependência, São Paulo, n. 30, p. 5-18, out. 2011.

SANTOS FILHO, Onofre. “O fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social”. In CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.). **Desenvolvimento, desigualdade e relações internacionais.** Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005.

SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PATEMAN, Carole. Fazendo contratos. In: PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 15-37.

PINSTRUP-ANDERSEN, Per; HAZELL, Peter B. R.. The impact of the Green Revolution and Prospects for the Future. **Food Reviews International**, Washington, v. 1, n. 1, p. 1-25, 1985.

MULHERES DE FIBRA: A TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO DA
COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O SETOR ALGODOEIRO

SOUZA, C. M. S.

POLICY Efforts and Commitments for the SDGs. In: Sachs *et al.* Sustainable Development Report: from crisis to sustainable development: the SDGs as a roadmap to 2030 and beyond. **Cambridge University Press**, 2022. p. 35-47.

WALLERSTEIN, Immanuel. World-Systems Analysis: An introduction. Duke University Press. Durham and London, 2004.